Assunto: DISPENSA EMERGENCIAL

Prezado,

A presente justificativa objetiva atender dispositivo legal que ressalde a contratação direta por emergência de empresa para fornecimento de TOUCA cirúrgica descartável (conforme descrições abaixo), para abastecimento das Unidades de saúde do estado da Bahia, conforme publicação da Lei Nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, sendo considerada pela OMS (Organização Mundial de saúde) pandemia mundial.

Ao caso em comento, aplica-se a hipótese preconizada no art. 59, Inciso IV

“Art. 59 – É dispensável a licitação:
I - ...;
IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

É de se inferir da transcrição acima que a dispensa de licitação, prevista no art. 59 da Lei 9.433/05, só deve ocorrer por razões de interesse público, como no caso em análise. Obviamente, nesses casos, a realização da licitação viria tão somente sacrificar o interesse público, motivo pelo qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de dispensar o certame nos casos expressamente previstos.
COMUNICAÇÃO INTERNA

Abaixo relacionamos os itens para aquisições:

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITENS</th>
<th>CÓDIGOS</th>
<th>DESCRIÇÃO</th>
<th>QUANTIDADE(un)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>01</td>
<td>65.32.19.000004018-5</td>
<td>TOUCA cirúrgica descartável, em linhol, cor branca, com elástico, 100 % polipropileno, hipoalergica e atoxica.</td>
<td>2.000.000 unidade</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Atenciosamente,

Jassicon Queiroz dos Santos  
Superintendente da SAIS
Documento assinado eletronicamente por Jassicon Queiroz dos Santos, Superintendente, em 01/04/2020, às 10:53, conforme horário oficial de Ibrasilia, com fundamento no art. 13º, incisos I e II, do Decreto n° 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida na site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&Id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 00017377477 e o código CRC 8F44E72C.

Referência: Processo nº 019.8741.2020.0034626-93
SEI nº 00017377477
TERMO DE REFERÊNCIA
TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL

1.0 DO OBJETO.

1.1. Aquisição de TOUCA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL conforme condições e exigências estabelecidas neste termo.

1.1. Serão 2.000.000 unidades touca cirúrgica descartável para atender toda demanda da Rede Pública, proporcionando assim aos usuários melhor atendimento, bem como, prevenir os profissionais de saúde que estarão na linha de frente para o enfrentamento do coronavírus.

2.0 DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Diante do cenário atual que é de conhecimento público e notório, e que o Estado precisa adotar providências relevantes, nos termos da lei, para poder minimizar os efeitos dessa pandemia, para garantir o direito à saúde da população como um dever do Estado, conforme estatui o art. 196 da Constituição Federal, assim transcrita “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”. (grifo nosso).

Sendo assim, de formar a garantir o direito à saúde das pessoas, bem como, evitar que haja um colapso na saúde pública, as aquisições ocorrerão via dispensa emergencial, conforme previsto na Lei Federal 13.979/2020, alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, e na Lei Estadual nº 9.433/2005, art. 59, que dispõe sobre medidas para as aquisições para bens, serviços e insumos sem licitação em caso de calamidade pública, e tais solicitações não forem atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde e a segurança da população.

3.0 CARACTERÍSTICAS, QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA/PRAZO DE ENTREGA E LOCAL DE ENTREGA.

3.1 Este termo de referência dispõe da aquisição de insumo médico-hospitalar conforme justificado no item 1.0 DO OBJETO.

ITEM 01

<table>
<thead>
<tr>
<th>Código SIMPAS</th>
<th>65.32.19.00004018-5</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Descritivo</td>
<td>TOUCA cirúrgica descartável, em linhol, cor branca, com elástico, 100 % polipropileno, hipoalergica e atoxica.</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidade de Fornecimento</td>
<td>unidade</td>
</tr>
<tr>
<td>Quantitativo</td>
<td>2.000.000</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3.2 O prazo de entrega será de 180 (cento e oitenta) dias, de forma parcelada, conforme cronograma acostado na proposta da empresa, contado a partir da assinatura da AFM – Autorização para o Fornecimento de Material.

3.3 O local de entrega dos materiais será na Via Centro, n° 394 - Conjunto Habitacional Cia II, Simões Filho - BA, CEP 43700-000, nos horários de atendimentos: segunda a sábado das 08:00hs às 17:00hs.

3.4 As entregas deverão ser parceladas, devendo constar na proposta o cronograma de entrega com os respectivos prazos.

4.0 VALIDADE

4.1 O prazo de validade indicado para produto, não deverá ter sido ultrapassado na sua metade, tomando-se como referência, a data de fabricação do lote, impressa na embalagem.

5.0 CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

5.1 O regime de execução será: ( ) única (X) parcelada

6.0 DO PAGAMENTO

6.1 Do Recebimento:

6.1.1 A CONTRATANTE rejeitará os fornecimentos que estiverem em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CONTRATANTE notificarião a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento;

6.1.2 Independente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo estabelecido no Item

6.2 Do Pagamento:

6.2.1 Os pagamentos serão efetuados, com a moeda local, através de ordem bancária ou crédito em conta corrente.

6.2.2 A Contratada deverá apresentar a(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is), tendo sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, devidamente atestada no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, conforme legislação vigente.

6.2.3 Ainda que a nota fiscal e/ou fatura seja apresentada antes do prazo definido para receber o definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo ato do recebimento definitivo.

7.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 Deverá ser informado na proposta escrita:

7.1.1 A marca;

7.1.2 O modelo;

7.1.3 Prazo de garantia;

7.2 - Não é necessário entrega de amostras para demonstração de compatibilidade;
7.3 - Todas as características descritas pela empresa deve aguardar compatibilidade com as especificações exigidas neste instrumento devendo o produto ou componente ofertado ser claramente descrito de forma visual e/ou escrita.

7.5 A empresa se responsabilizará pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE;

7.7 No valor da proposta deverão estar contempladas todas e quaisquer despesas necessárias ao fiel cumprimento do objeto;

8.0 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o estabelecido no Item 6 deste Termo de Referência

8.2 Comunicar prontamente à CONTRATADA qualquer anormalidade na execução do objeto;

Documento assinado eletronicamente por VINICIUS AMORIM FERREIRA DE SOUZA, Coordenador Técnico, em 01/04/2020, às 18:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.


Referência: Processo nº 019.8741.2020.0034626-83

SEI nº 00017408020
SECRETARIA DE SAÚDE

ESTADO DA BAHIA

PROPOSTA DE PREÇOS

A EMPRESA VENCEDORA DESTA PROPOSTA, EMITIRÁ AS CERTIDÕES PREVISTA EM LEI: Certidão Negativa de Tributos Federais; Negativa de débitos com a Fazenda Pública Estadual e débitos Previdenciários; Negativa de débitos de Tributos Municipais e Regularidade com o FGTS, Certidão Negativa Trabalhista, bem como Emissão da Nota Fiscal e Nota Fiscal Eletrônica.

Razão Social do Fornecedor: MEDI LIFE LOGÍSTICA LTDA

CNPJ: 09.315.202/0001-05

TEL 71 30248147

RELÃÓ DE MATERIAIS

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITEM</th>
<th>DESCRIÇÃO</th>
<th>QUANT.</th>
<th>MARCA</th>
<th>VLR. UNIT.</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>2</td>
<td>TOUCA cirurgica descartável, em linhol, cor branca, com elástico, 100 % polipropileno, hipoealergica e axóxia. - 05.32.19.60004018-8</td>
<td>2.000.000</td>
<td>BE.LIFE</td>
<td>R$ 0,1000</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>0,1</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

VALIDA DE PROPOSTA: 5 DIAS

LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO CENTRAL DA SESAB

FRETE: CIF

PRAZO DE ENTREGA: 290.000 por semana = 800 mil mês

LAURO DE FREITAS, 02 DE ABRIL DE 2020.

MEDLIFE LOGÍSTICA LTDA

MEDLIFE, DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Rua: Atalaia Alegria 152 - CEP: 43241-000 - LAURO DE FREITAS - BA - CEP: 42700-000

Fone: / Fax: (71) 3024 6147 / 3024 5147 - CNPJ: 09.315.202/0001-05

medlife@usa.net

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato à aquisição de 2.000.000 (dois milhões) de toucas cirúrgicas descartáveis, de acordo com as especificações e obrigações constantes no termo de referência que integra este instrumento na qualidade de ANEXO I (00017519505) e na proposta de preços da CONTRATADA, na qualidade de ANEXO II.(evento nº00017519502).

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRazo


A entrega será de forma parcelada, conforme abaixo:

Do 1º ao 2º mês: 800 mil und.

3º mês: 800 mil und.

Total: 2.000.000 und.

Os bens deverão ser entregues no Almoxarifado, no endereço: Via Centro, 394 - Conj. Habitacional Cia II, Simões Filho - BA, CEP 43700-000, de segunda a sábado das 08:00hs às 17:00hs (Para maiores esclarecimentos, favor entrar...
em contato com a Diretoria Geral – DG através do telefone (71) 3115-8326.

§1ª A prorrogação do prazo de entrega está condicionada à ocorrência de, ao menos, uma das hipóteses do art. 141 da Lei Estadual nº. 9.433/2005.

§2ª A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada através de termo aditivo, antes do termo final do contrato/AFM.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos bens efetivamente entregues, os valores abaixo especificados:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Item</th>
<th>Código</th>
<th>Valor unitário</th>
<th>Quant.</th>
<th>Valor total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Touca cirúrgica</td>
<td>65.32.19.00004018-5°</td>
<td>R$ 0,10</td>
<td>2.000.000</td>
<td>R$ 200.000,00</td>
</tr>
</tbody>
</table>

§1ª - O valor global do presente contrato é de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

§2ª - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardo, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Unidade Gestora</th>
<th>Fonte</th>
<th>Projeto/Atividade</th>
<th>Elemento de despesa</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>19601. FESBA / DGE - 0003</td>
<td>0.286.0000000</td>
<td>5366</td>
<td>33.90.30</td>
</tr>
</tbody>
</table>

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

1. fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes no termo de referência e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
2. zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
3. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
4. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
5. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

6. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;
7. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
8. adimplir os fornecimentos exigidos pelo termo de rerença e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
9. promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;
10. executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e disposto de infra-estrutura e equipe técnica necessária à sua execução;
11. trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
12. oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
13. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão-de-obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens;
14. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

1. fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
2. realizar o pagamento pela execução do contrato;
3. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA SÉTIMA - REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO

Fornecimento: ( ) único ( X ) Parcelado

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorre com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, consoante o art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual 9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE, proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual 9.433/05.

§3º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual 9.433/05, observando-se os seguintes prazos:

a) se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;

b) quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

§4º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§5º Tratando-se de aquisições de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.
§ 6º Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.

§ 7º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

§ 8º Fica indicado como fiscal deste Contrato o servidor Vinicius Rafael Ferreira Gomes Querino cadastro nº. 92012315.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após conclusão do recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, § 5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, “a”; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº. 9.433/05.

§ 1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

§ 2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo ato de recebimento definitivo.

§ 3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.

§ 4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) estar acompanhadas da documentação probatória pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

§ 5º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§ 6º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§ 7º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

§ 8º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 15 (quinze) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irreajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

§ 1º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

§ 2º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela contratada no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei 10.406/02.

§ 3º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples aposta, dispensando a celebração de aditamento.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENA DE MULTA

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, ensejará a aplicação da pena de multa, observados os parâmetros estabelecidos nesta cláusula, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§2º Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.

§3º Em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§4º Na hipótese do parágrafo anterior, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

§5º Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§6º As multas previstas nestes parágrafos não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§7º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

§8º Para os casos de mero atraso ou inadimplemento de obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, deverá ser observada a multa cominada na

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OUTRAS PENALIDADES

Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidente na prática do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=19076480&infra...
As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais priviligiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

Assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento.

**Secretaria da Saúde do Estado da Bahia**

**Fábio Vilas-Boas Pinto**

CONTRATANTE

---

**Medlife Logistica Ltda**

**André Luiz Santos Lopes de Almeida**

CONTRATADA

---

Documento assinado eletronicamente por **Andre Luiz Santos Lopes de Almeida, Representante Legal da Empresa**, em 06/04/2020, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Vilas Boas Pinto, Secretário de Estado**, em 07/04/2020, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00017526279** e o código CRC **7F47F1EB**.

---

Referência: Processo nº 019.8741.2020.0034626-83

SEI nº 00017526279
### Autorização de Fornecimento de Material (AFM)

**Secretaria da Saúde**

**Endereço:** FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – DIRETORIA GERAL, QUARTA AV. 400, PLATOFORMA, LADO II, CAB

**CNPJ:** 08.9696000-012

**Tel:** (71) 3115-9677

**Fax:** (71) 3115-9677

**CNPJ:** 41.543-002-0

**CEP:** 41.754-002

**Dia:** 08/08/2015

**Título:** FÁBIO VILAS-BÔAS PINTO

**Dra.:**

---

**A Nota Fiscal deve ser emitida em nome do emissor acima, contendo código do item contratado, banco/agência/conta bancária e nº da AFM.**

<table>
<thead>
<tr>
<th>item</th>
<th>especificação do fornecimento</th>
<th>um</th>
<th>quantidade</th>
<th>preço unitário</th>
<th>preço total</th>
<th>preço entrega</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>TOUGA cirúrgica descartável, em linhol, cor branca, com elastic, 100% polipropileno, hipossalinas e estática.</td>
<td>Un</td>
<td>2.063,6000</td>
<td>6,1000</td>
<td>200,0000</td>
<td>90</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Total por Extenso: Duzentos Mil Reais (R$ 200.000,00)**

---

**Documento assinado eletronicamente por André Luiz Santos Lopes de Almeida, Representante Legal da Empresa, em 09/04/2020, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.**

**Documento assinado eletronicamente por Emmanuel Santos de Oliveira, Coordenador Executivo, em 13/04/2020, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, inciso I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.**

**Documento assinado eletronicamente por Janaina Santos Lima, Diretora Administrativo, em 13/04/2020, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.**

---


---

Referência: Processo nº 019.8741.2020.034626-83 SEI nº 00017623282

---

https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=19180480&infra... 1/1